

GUERRA E COMUNICAÇÃO

Manuel Lopes da Silva

Introdução

Sempre os homens utilizaram o seu engenho para se defenderem ou para atacarem o seu semelhante. Por isso, o desenvolvimento tecnológico é sempre seguido pelo desenvolvimento dos armamentos, relação muito contestada após a utilização das bombas atómicas contra o Japão.

Como a sociedade de hoje é grandemente determinada pelas NTIC (Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação), também as novas armas utilizam largamente sistemas de comunicação, computadores e dispositivos cibernéticos.

A estratégia mundial é não só condicionada pelos actuais sistemas globais de comunicação, mas também pelo cenário electrónico-nuclear criado pelo desenvolvimento armamentista.

A Guerra do Golfo II (2003) é a primeira que surge depois do desenvolvimento de novas armas electrónica, as JDAM, que pareciam assegurar a possibilidade de guerras cirúrgicas. No entanto a GGII provocou ainda milhares de mortos e iludiu as esperanças criadas.

Paralelamente a Comunicação Social, que dispõe também de tecnologias muito avançadas, não proporcionou a informação objectiva e isenta que os cidadãos esperavam.

Impõe-se uma nova visão deontológica e ética do uso das NTIC.

Tecnologia e guerra

As guerras que sempre afligiram a humanidade causando a morte de infindáveis vítimas inocentes, pela sua própria natureza aguçaram o engenho dos homens e das sociedades para encontrar novas formas de atacarem ou de se defenderem dos seus opositores.

Ficaram célebres os espelhos incendiários de Arquimedes e os seus sistemas de alavancas que destroçaram as naves da armada romana no cerco a Siracusa.

Na Renascença tornaram-se célebres as máquinas de guerra inventadas por Leonardo, que incluíam uma antevisão muito realista dos actuais carros de combate.

A evolução do armamento seguiu sempre muito de perto a evolução tecnológica e, por isso, ao dar-se a grande Revolução Industrial no Sec. XIX assistiu-se ao aparecimento de armas poderosas como o fuzil de tiro rápido ou os grandes canhões da Krupp com alcances de centenas de quilómetros.

A guerra de 14/18 do Sec. XX foi já uma guerra predominantemente tecnológica, com a presença nos teatros de operações de submarinos, tanques e aviões dotados de grande poder de destruição (para não falar das armas químicas que acabaram por ser banidas por consenso entre as nações).

Mas entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda de 39/45 assistiu-se já não a uma evolução apenas tecnológica mas também científica.

O poder letal dos novos aviões bombardeiros causou a aniquilamento de cidades inteiras, mas o horror atingiu o paroxismo com a utilização da bomba atómica.

A evolução dos sistemas de comunicação passou a condicionar também as operações militares, basta referir o “radar” que efectivamente inverteu a sorte da guerra, com a derrota dos alemães na chamada “batalha de Inglaterra”, em que a inferioridade numérica da RAF neutralizou os ataques da Luftwaffe.

Surgiu também a Guerra das Ondas travada entre as Organizações de Radiodifusão de ambos os lados. Propaganda e Contrapropaganda chegavam às antenas dos auditores de todo o Mundo intentando levar os vários países a apoiar as respectivas causas.

Foram, mais uma vez, a capacidade económica e o desenvolvimento tecnológico que justificaram a vitória dos Aliados sobre o Eixo – já que a Alemanha não tinha capacidade económica para construir a bomba atómica. Mesmo assim a tecnologia alemã assombrou todo o Mundo com as armas “V”, de retaliação, bombas voadoras balísticas de enorme poder letal.

Mas talvez que a maior transformação se tenha dado com os processos de fabricação em série, desenvolvidos na produção de armamento.

Ao terminar a guerra toda a máquina de produção industrial dos EUA foi aplicada à produção de automóveis e televisores. Nessa altura a aspiração do americano médio era a trilogia carro/frigorífico/televisor, de tal modo que surgiu então o que passámos a designar por sociedade de consumo.

A paz alcançada em 45 não significou o fim da confrontação entre potências, antes pelo contrário, a chamada “guerra fria” veio a suscitar uma impressionante corrida aos armamentos. Os novos aviões de jacto passaram

a dispor de sensores electrónicos baseados em radares de tiro que lhes permitia abater adversários mesmo deslocando – se a alta velocidade, e os submarinos nucleares passaram a ter autonomias de vários meses, e um enorme poder letal com base em vectores balísticos.

O “equilíbrio do terror” resultou da equivalência desses vectores balísticos equipados com ogivas nucleares, de ambos os lados.

O surgimento do transistor na década de 60 e dos sistemas digitais (ou numéricos) na década seguinte, permitindo a introdução da cibernética e da informática nos sistemas de comunicação, significou uma subida de patamar na sofisticação dos sistemas electrónicos

Impressionantes inovações transformaram o panorama da tecnologia e foram incorporados no novo armamento – desde os aviões de combate ultra-sónicos às bombas inteligentes e mísseis de cruzeiro.

A mobilidade e autonomia dos novos meios terrestres, navais, e aéreos resultou exactamente dos progressos obtidos pela referida incorporação.

A pouco e pouco se foi configurando um novo ambiente armamentista totalmente dominado pelas potências que detêm capacidades electrónicas e nucleares avançadas.

Sociedade da informação, sociedade rêde

A Sociedade da Informação surgiu no começo da década de 80 do século passado, anunciada por Daniel Bell nos EUA e por Nora/ Minc na Europa. É então que surge o termo “Telemática” (Nora/ Minc) para anunciar a convergência das telecomunicações com os computadores, que apontava também já para uma Convergência com o AV (as redes de rádio e TV).

Nora/ Minc propunham uma série de medidas tendentes a preservar os interesses do Estado francês face a uma evolução económica (dos EUA) que iria privilegiar as leis do mercado da comunicação.

Perante o aumento da concorrência entre os canais da comunicação social (audiovisual), o relatório europeu chamava a atenção para a necessidade de se criarem novos mecanismos de regulação da qualidade da comunicação, em risco de se tornar excessivamente massificante.

A SI é promovida pela implementação de várias actividades de que se destacam o tele-trabalho, o telebanco, a teleinformação na Administração Pública, no Ensino, na Saúde, no Comércio Electrónico e o Entretenimento.

Uma tão ampla perspectiva pressupõe a segunda Convergência da Telemática com o AV, a chamada Convergência 3C (Comunicação, Computadores, Conteúdos).

A EU não tardou a publicar vários Livros Verdes como o da Convergência 3C, (em 97) e Relatórios de que o da Comissão Bangemann (93) é mais divulgado. Nesse Relatório, que traduzia o ponto de vista dos responsá-

veis comunitários, a principal preocupação não era a de melhorar o Conhecimento na sociedade (como acontece no Livro Verde da SI português) mas sim criar condições para o bom funcionamento do mercado da comunicação, e proporcionar novas oportunidades à indústria europeia.

Aliás nos EUA surgiram também Políticas da Comunicação apontando no mesmo sentido. Aparece assim em 93 o documento NII (National Information Infrastructure) logo seguido da proposta dum GII (Global Information Infrastructure).

Em todos estes documentos constata-se a preocupação do poder político dos vários países em não perder o controle da SI mas, de facto, o que aconteceu foi o poder económico, sobretudo os critérios do mercado, acabarem por impor as suas condições. Um espírito neo-liberal apossou-se dos decisores económicos dos dois lados do Atlântico e, sob o signo da chamada “desregulamentação”, implementaram políticas tendentes a condicionar fortemente os serviços públicos e a promover os interesses privados quer dos operadores, quer dos fabricantes.

Na realidade este intento da criação dum grande mercado da comunicação exprime-se na proposta americana de criar uma Infraestrutura Global da Informação.

Naturalmente que uma tal entidade só é possível em virtude de já existirem redes de comunicação nos níveis nacional, internacional e global. Tais redes de comunicação de dados, voz ou vídeo, de que a Internet é a mais conhecida, suscitam de facto uma nova sociedade, que é a da Informação, mas que tem, além disso, características conviviais que antes não existiam.

A Sociedade Rede (Castells) vem acrescentar uma interacção “on line” às relações sociais previamente existentes, mas acaba por partilhar com elas o tempo dos cidadãos. De resto verifica-se uma complementaridade entre todos os meios usados por estes (imprensa, rádio, TV, cassetes, DV, etc.) e a nova Internet.

Desde os tempos da telemática até aos dias de hoje deram-se dramáticas transformações. A evolução dos PC bem como a expansão das redes de transmissão de dados e da plataforma Internet, permitiu o aparecimento de utilizadores que representam uma percentagem cada vez maior da população; as redes de TV por cabo e por satélite aumentaram o leque da oferta AV; surgiu o comércio electrónico não só a nível nacional como mundial; os sistemas de ensino recorrem largamente aos novos sistemas de informação e comunicação.

De facto a sociedade ocidental entrou subitamente nos sectores terciário, quaternário e quinário (serviços, informação, banca), dominados pelas redes de comunicação.

Particularmente a Rádio e a TV assumiram um papel de manipulação das massas, que sempre tiveram (a Rádio dos nazis) mas hoje recorrendo a

processos mais científicos e mais subtis ao ponto de alguns pensarem que não é possível governar sem o seu apoio.

A estratégia mundial no sec. XXI

A estratégia actual é dominada pela mundialização, tal como o são o sistema económico internacional e o paralelo sistema político.

A interconexão dos fenómenos geoestratégicos de ordem nuclear, exige o estabelecimento duma ordem estratégica universal abrangendo todas as potências.

Um conceito chave da estratégia do sec. XX foi o da dissuasão nuclear que se fundamentava no designado “equilíbrio do Terror” que paradoxalmente conferia segurança às relações entre os dois supergrandes.

Depois da queda do “muro de Berlim” e do desabamento do sistema comunista, parecia que as regras que governavam a estratégia iriam ser alteradas, mas torna-se hoje claro que a capacidade de dissuasão ainda é a única realidade capaz de evitar o caos nas relações internacionais.

Adquiriu relevância o domínio das relações multilaterais, com as suas organizações de negociação política onde os países de menor dimensão podem fazer ouvir as suas vozes.

No novo quadro estratégico tornou-se importante a necessidade dum mínimo de segurança colectiva sub-nuclear, permitindo ao sistema internacional o recurso à guerra convencional.

O mundo geo-político continua a ser dominado por algumas grandes potências com capacidade nuclear, mas os EUA são a potência dominante, não já tanto por essa capacidade, mas pelo seu poder económico e tecnológico hegemónico.

Se a estratégia mundial foi dominada pelo equilíbrio inter-continental até aos anos 80, a partir daí os EUA tornaram-se a superpotência que se assume como líder absoluto.

E no novo quadro de relações internacionais surgem focos de instabilidade política, de que vamos destacar os mais importantes.

As zonas onde se confrontam interesses económicos devido às suas riquezas naturais (principalmente petróleo) tornaram-se mais apetecidas às grandes potências como é o caso do Médio Oriente, da África Meridional ou da Austrália.

As zonas de confrontação ideológica que emergiram depois do afundamento da União Soviética, isto é, a sua cintura mussulmana antes por ela pacificada, tornaram-se extremamente instáveis devido ao reavivar dos integristas nacionalistas e religiosos.

Finalmente, o grande foco de instabilidade política que acabou por caracterizar a nossa época é o terrorismo, que se não localiza no espaço, tem antes expressão universal.

A intervenção da potência líder, com ou sem aliados, tem sido feita ao nível sub-nuclear, onde ela detém também superioridade hegemónica dada a sua capacidade económica e tecnológica. E é justamente nos EUA que surgiu o conceito da nova Guerra dominada pela electrónica de que falaremos mais adiante.

Em tal situação resta aos outros países procurarem alianças com ou sem o líder, de modo a poderem ter capacidade de intervenção nos conflitos do nosso tempo.

O combate na época electrónico – nuclear, caracterizado por uma contracção no espaço (distância) e no tempo (comunicação), e por uma ampliação na capacidade de uso de energia para fins militares (potência) tem aspectos novos que convém referir.

No domínio “Fogo” destaca-se a sua extraordinária potência, a crescente precisão dos projecteis e o aparecimento de efeitos letais que se podem prolongar no tempo – os efeitos radioactivos.

No domínio “Movimento” o que há de novo é a possibilidade de alcance global a nível terrestre, incluindo o alcance espacial dos vectores de lançamento, especialmente aviões, mísseis, submarinos nucleares e satélites.

No domínio “Comando/Ligação” destaca-se a capacidade de ligação permanente a curtas e longas distâncias e a grande capacidade de actuação psicológica através dos meios de comunicação de massa. No domínio da “Protecção” desenvolveram-se sofisticados sistemas de radar associados a computadores que permitem o estabelecimento de cortinas electrónicas de vigilância e reconhecimento (ISR) para a observação dos movimentos do inimigo.

Leis da guerra e comunicação

Há sete Leis da Guerra que convém ter presente para entender o papel da comunicação nos conflitos actuais.

Com efeito o resultado da guerra depende, em primeiro lugar, da correlação de forças militares disponíveis no início da guerra; em segundo lugar do potencial militar relativo dos combatentes.

Em terceiro lugar, do quadro político e em quarto lugar das capacidades moral-política e psicológica dos povos e dos exércitos em luta.

O resultado da guerra depende também da correlação das capacidades militares dos combatentes, da sua capacidade económica e finalmente da correlação dos potenciais científicos dos combatentes.

Destas Leis resultam os Princípios da Guerra que, segundo Loureiro dos Santos, podem sintetizar-se em três: Vontade e Força Morais; Liberdade de Acção; Economia.

É neste quadro de referência que se insere a missão fundamental dos Media na Guerra, porque todos os actos intrínsecos ou extrínsecos ao combate podem afectar o moral das populações e das tropas.

Já assinalámos que na Sociedade da Informação se destaca o importante papel desempenhado pela TV na orientação das massas, e é por isso que, desde a guerra do Vietname à guerra do Afeganistão, se acentua a atenção dispensada pelos militares à CS.

A TV pode assim ser considerada uma nova arma a par do carro de combate, do helicóptero, do míssil-anti, ou da arma nuclear.

O factor “Comando/Ligação” é hoje um elemento essencial de combate porque, além de permitir a dispersão dos meios de combate no terreno devido a sistemas sofisticados de Comando, Controlo e Comunicação (3C), pode proporcionar uma guerra invisível (guerra electrónica, com medidas e contra-medidas) e a aproximação da táctica à estratégia pela utilização intensiva dos MCS, colocando as opiniões públicas no centro dos acontecimentos.

De facto as NTIC desempenham um papel fundamental quer na retaguarda das forças combatentes (redes de comunicação), quer nos teatros de operações (comunicação entre unidades de combate), quer na detecção ou guiagem das próprias armas (mísseis).

A guerra do Golfo II

As razões que desencadearam as guerras do Golfo são basicamente as mesmas nos dois casos, embora os contextos diplomáticos sejam diferentes.

Mas entre a Guerra do Golfo I (90/91) e a GGII (2003) houve todavia um salto tecnológico (a expansão das NTIC), que veio a ter um grande impacto na economia e na estratégia bélicas.

A transformação gradual das forças armadas (que passaram a ser uma organização sensorial em rede, em que o sistema de Comando, Comunicação, Controlo e Computadores (4C) assegura as ligações entre o nível operacional e o alto comando), levou a uma transformação da estratégia adoptada, que passou a consistir numa guerra aérea clássica e a utilização do combate com “enxames”.

Surgem pequenas unidades autónomas multi-arma, congregando a nível local as antigas divisões funcionais, ou seja, o exército, a marinha, aviação, artilharia que, ligadas à rede por um sistema de comunicações muito sofisticado, podem ser dirigidas a qualquer ponto do teatro de operações.

Os EUA dispõem dum poderoso arsenal de projecteis guiados, que vai dos mísseis cruzeiro às bombas guiadas pela TV ou pelo laser (geo-localização), já utilizadas na GGI; e dispendo também agora das mais recentes armas da Marinha/Aviação (Joint Munitions) largamente utilizadas na GGII, o qual permite aos estrategos utilizar um espantoso poder de fogo a

distância com base em observadores táticos no local, antes de procederem à ocupação do terreno.

As novas munições JDAM (Joint Direct Attack Munition) são bombas clássicas de maior ou menor potência, a que se adapta um Kit de guiagem inteligente que as dirige com grande precisão a um alvo identificado no terreno.

O kit é composto por asas/lemes traseiros ajustáveis, por um sistema de guiamento inercial, um receptor do sistema GPS, um computador de bordo, um sistema electromecânico de comando das asas e uma unidade de alimentação – tudo custando cerca de \$20.000, muito abaixo do \$1.000.000 dos mísseis cruzeiro.

Uma vez lançadas do avião de jacto caça/bombardeiro, as bombas JDAM são inicialmente guiadas pelo sistema inercial (IMU, Inertial Measurement Unit), programado pelo piloto, acedendo trinta segundo depois ao GPS(Global Positioning System) de satélites perseguindo as coordenadas que o piloto ordenou ao computador de bordo.

Este sistema, GPS, é constituído por vários satélites de comunicação que servem de referência aos dispositivos de navegação na zona geográfica das operações.

Com estas munições os EUA podem fazer uma guerra mais precisa e mais barata, mas muito dependente dos sistemas de comunicação com as suas virtualidades, mas também vulnerabilidades.

Mas a GGII acabou por necessitar da utilização dos bombardeiros clássicos B-52 para missões em teatros de operações alargados em que os alvos das bombas são difusos.

Por isso o adjectivo “guerra cirúrgica” usado no início das operações não parece muito apropriado. Para já, os conflitos conduzidos pela potência líder terão componente cirúrgica, nos teatros táticos, mas também uma componente clássica no resto do território.

Nessa guerra aérea clássica os sistemas de comunicação são (e sempre foram) fundamentais, tal como o é a utilização da comunicação social e particularmente a TV, considerada também uma arma pelos estrategos.

Na GGII os repórteres em campo usaram sofisticadas câmaras ligadas directamente aos satélites, proporcionando as suas transmissões em directo uma cobertura de grande realismo – mas tal informação padeceu do seu carácter local no terreno e de ser efémera no tempo. Pior ainda: percebeu-se que os profissionais da CS poderiam estar a ser manipulados pelos militares e políticos contra a sua vontade.

Se a GGI levantou alguns problemas deontológicos aos profissionais dos Media, a GGII suscitou outros, dada a mobilidade de que desfrutaram desta vez e que poderia, em princípio, proporcionar uma cobertura dos acontecimentos mais transparente. Tal desígnio parece estar para além das possibilidades actuais, mau grado o empenho e o valor dos repórteres no ter-

reno – e não podemos deixar de invocar a memória dos vários repórteres que valorosamente perderam a vida devido aos azares do conflito.

Perspectiva final

A guerra da actualidade, a era electrónico – nuclear, é caracterizada por envolver armas de enorme poder letal, mesmo as consideradas convencionais.

Na GGII foram utilizadas bombas capazes de perfurar as protecções em betão de abrigos subterrâneos situados vários metros abaixo do solo, além de outras com capacidade de destruir zonas muito extensas em superfície.

Se no quadro duma guerra nuclear o número de vítimas poderia ascender a dezenas de milhão, de parte a parte, uma guerra convencional mesmo localizada, causará sempre muitos milhares de mortos, pelo que uma declaração de guerra é sempre de grande responsabilidade moral para quem a faça.

O “casus belli” legítimo só poderá ser o que conduza ao restabelecimento duma ordem que infractores tenham claramente violado, mas com a certeza de poder vir a assegurar essa mesma ordem em paz.

No caso da GGII há dois pontos que merecem reflexão, sendo o primeiro o que diz respeito à promessa inicial duma guerra cirúrgica.

Não o foi, e por isso verifica-se uma certa descredibilização das NTIC usadas nos teatros da guerra. Houve maior número de mortes do que se esperava, embora uma guerra apenas clássica conduzisse a muitas mais.

Levanta-se a questão de saber se os vultuosos investimentos norte-americanos no desenvolvimento das novas tecnologias armamentistas se justificam face aos resultados obtidos no terreno (tanto perdas amigas, como também de civis), ou se servem apenas para satisfazer os interesses do complexo militar-industrial referido por Eisenhower.

O segundo ponto relaciona-se com a cobertura jornalística do conflito, uma vez que a informação se tornou excessivamente espectacular, levando a esquecer que no terreno dois contendores se confrontavam num combate de vida ou de morte, muito real.

O virtual sobrepôs-se ao real, o espectáculo ao acontecimento, a manipulação à verdade

Por isso os Media não estiveram à altura da sua responsabilidade social perante os povos que os utilizaram.

E, no entanto, a comunicação pode ser um elemento privilegiado no diálogo entre povos, entre religiões, entre interesses contraditórios mais materiais.

Só uma visão responsável dos profissionais dos Media acerca do exercício da sua profissão, defendendo intransigentemente a sua independência

face aos poderes, e a sua dedicação à busca da verdade com objectividade poderá resgata-la para níveis de eticidade que tantos valorosos jornalistas testemunharam com o seu sangue e as suas vidas.

Bibliografia

- «Incurões no domínio da Estratégia», J. Loureiro dos Santos, Ed. C.Gulbenkian, Lisboa, 1983.
- «Le système strategique international», Henri Pac, Ed.PUF, Paris, 1997.
- «La galaxia Internet», Manuel Catells, Ed. Arete, Madrid, 2001.
- «Satellite-Guided Munitions», Michael Puttré, Scientific American, Feb. 2003.